

Sessão Coordenada 46 - **PRÁTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL: IMPASSES E CONTRADIÇÕES**

**VIOLÊNCIA E CRIME: POSSÍVEIS RESPOSTAS AO DESAMPARO POR VIA DA REINserÇÃO SOCIAL.**

*Glaucia Regina Vianna UNIRIO*

*Francisco Ramos de Farias UNIRIO*

*Jose Paulo de Moraes UNIRIO*

*Lobélia Faceira UNIRIO*

*Maria de Fatima Scaffo Signorelli*

Espera-se da sociedade que a mesma ofereça determinados esteios para o sujeito administrar, quando possível, o estado de desamparo. Nesse sentido, as políticas públicas teriam por função propiciar condições para amenizar a experiência de impotência e, com isso, dar ao sujeito alternativas para construir metas de vida. É dever do Estado oferecer os serviços da polícia e da justiça para proteger direitos e liberdades na vida coletiva. Sem essas ações seria praticamente impossível haver democracia. Conforme Soares (2010) esclarece, a justiça é sinônima de equidade. Porém, é muito comum que esse sinônimo seja tomado como antônimo: a justiça brasileira funciona diferente ante uma ocorrência, dependendo se o agente é de uma classe social ou de outra. Atualmente, a falta de acesso à justiça pelas camadas mais baixas da população, bem como a falta de um tratamento de igualdade pela polícia, revelam uma das manifestações mais repulsivas e ostensivas da desigualdade social, tornando-se evidente que a democracia é, para alguns, negada. Em decorrência desse modo de agir seletivo, o Estado torna-se um instrumento de desigualdade e de injustiça. Não obstante, o fato da polícia e de aparatos militares converterem-se em fonte de violência contra criminosos e população mais pobres denota que, segundo o pensamento de Wacquant (2001), o Estado perdeu o seu poder junto com sua capacidade de fazer justiça. Disso chegamos a uma dedução que ressoa a afirmação de Arendt (2009) de que onde há violência não há poder. Nesse sentido, quando o estado adota métodos de violência em suas ações estaria demonstrando um enfraquecimento do poder ou até mesmo sua ausência, o que pode ter como resultado o incremento da experiência de desamparo e de impotência naqueles para quem o Estado abre mão do poder em prol da violência. A inoperância do Estado aponta para um grave quadro de exclusão social, o qual se apresenta desde a abordagem policial, que é determinada por meio de quesitos tais como o local, a roupa, a cor da pele, faixa etária, sexo, nível de renda, classe social e orientação sexual, assim como a sentença do juiz e o próprio cumprimento da pena. Diante de tal quadro de segregação social, assevera que há uma urgência em modificar a ideia predominante sobre o que significa fazer justiça, pois, o fato do princípio de equidade não ser respeitado, só faz com que o aprisionamento aumente em larga escala, e junto com ele a seletividade. O cenário produzido caracteriza-se pelo aumento crescente do abandono de camadas da população pelas políticas públicas e, disso então, resulta um país que está se credenciando para tornar-se campeão mundial do encarceramento e que se esmera em produzir, nas prisões, o espetáculo grotesco da barbárie. Isso é o reflexo imediato da desigualdade social e da precariedade dos serviços de justiça, pois somente podemos pensar a ativação do estado de barbárie pela ineficiência da justiça ou por uma política que, utilizando-se do progresso científico, ponha em xeque valores concernentes à vida. Não obstante, o estado de barbárie referido às prisões concerne à forma de desumanização e coisificação que são aqueles cujo destino é a reclusão e segregação, decorrentes da condenação pelo aparato de justiça, para instituições penitenciárias. Em certo sentido, a condenação incide, quase sempre, no segmento vulnerável que não dispõe de meios



de acesso à justiça, engrossando as estatísticas de encarcerados, mantidos em condição de sobrevivência, quando muito. Indagamos: qual a posição ante essa constatação? Há alguma coisa a ser feita para mudar ou os esforços destinam-se a mantê-la? E como se posiciona o Estado em relação às condições precárias de vida? A prisão de quem é socialmente estigmatizado como ameaça à sociedade é vista como uma solução. No entanto, questionamos se esse método resolve o problema ou se simplesmente serve de repressão e controle para camadas da população em condição de impotência, desamparadas pelo Estado e que não têm nem

TRAUMA, CRIME, REINserção SOCIAL, EDUCAÇÃO

CNPQ

Doutorado - D

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

**CRIME, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO SUBJETIVA: AS MÚLTIPLAS FACES DO ENCARCERAMENTO.** *Francisco Ramos de Farias*

Considerando que a finalidade da prisão, pela privação de liberdade e disciplina, consiste na tentativa de recuperação do criminoso visando seu retorno à sociedade e a escola volta-se, sobretudo, para a produção de saber, no sentido da desalienação do homem, emancipando-o, caba indagar como se alinham, dialogam e convivem duas instituições com finalidades diametralmente opostas em um mesmo espaço geográfico? Quer dizer, se lançarmos o olhar para a instituição prisional, sabemos que seu foco é a punição pela perda de determinados direitos, enquanto que a escola, no ambiente prisional, visa libertar o homem, tornando-o consciente desses direitos, especialmente, o direito à transformação subjetiva pela educação, como se conciliam, em termos de funcionamento, a gestão da unidade prisional com a gestão da escola, se ambas partem de premissas opostas? Certamente é bastante paradoxal pensar em uma via em direção à liberdade, no caso, a escola, em um ambiente que gerencia a vida de homens em termos de garantir ao Estado, o não acesso aos direitos perdidos com a condenação pelo crime cometido? No que concerne às escolas em prisões, sabemos que seu funcionamento se assenta na premissa de produção de conhecimento e de acesso ao saber. Essas formas de transformação subjetiva para o ser humano, independente de sua condição social, econômica, legal, entre outras, assentam-se em operações seculares: ensinar, transmitir o saber e amor ao ofício. Essas nuances da experiência de transmissão do saber acontecem em qualquer ambiente, inclusive nos espaços onde existem escolas prisionais. Há. A esse respeito, uma particularidade que merece ser assinalada: muitas pessoas, pela prática do crime, realizam um tipo de inclusão alienada às políticas públicas, ou seja, existem muitos presos que somente têm acesso a determinadas políticas públicas depois que são condenados e encarcerados. Esse é o agente social que comparece na posição subjetiva de aluno. Mas há o professor que também ingrossa nas prisões com um propósito: oferta de alternativas de vida que não apenas o crime. É nesse sentido que destacamos, em primeiro lugar, um agente social, no caso, o ser professor que, no ofício de transmissão do saber, situa uma escolha referida à história e ao desejo que remonta ao lugar de aluno de outrora e igualmente, ao lugar de quem testemunha um ofício, produzindo a tessitura própria de uma escrita, sendo o desejo a mola nesse processo. Eis o pórtico por meio do qual se envereda em direção ao saber, seja na acepção de sabor; seja no ofício de transmissão que se vincula amor. Amor, desejo e saber são evidências que reportam o professor a um outrora referido ao percurso da transmissão e ao um agora na proposta de deixar uma escrita, como um testamento, traçando linhas acerca das ocorrências no contexto da relação professor-aluno. Essas ações se edificam nos espaços prisionais, mesmo considerando o tipo de educação possível neles, bem como a singularidade dos alunos que, na maioria das vezes, somente se tornam alunos em razão de um crime cometido. Eis o ponto de reflexão dessa investigação: saber como os professores que atuam em escolas em prisões exercem seus ofícios no cotidiano com seus alunos. O fato de exercer o ofício de professor supõe pesquisar, deparar com o novo, com o inesperado e improvisar, para posteriormente expor, na intenção de ensinar. Assim, caracterizamos a transmissão como o ofício de sonhar alto realizado com prazer, marcado por uma teia constituída de momentos de glória, de transformação, de êxito, de recuos, de distanciamentos, de desistências e até de desilusões. Os passos desse processo são necessários à elaboração de ideias no sentido de articulá-las. Por isso, toda escrita, deixada pelas pegadas de um percurso, resulta de um duplo pretexto. Por um lado, destaca-se a questão referente ao lugar do professor e o desejo de transmissão de um ofício que opera pela via do amor e com o amor.

TRAUMA, CRIME, SISTEMA PRISIONAL, REINserÇÃO SOCIAL  
CNPQ



Pesquisador - P  
JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

**A PRISÃO COMO ESCOLA TRANSMISSORA DE APARATOS INSTRUCCIONAIS VIOLENTOS: UM ESTUDO DE CASO. *SIGNORELLI***

Evidencia-se, nesse estudo, que, embora a prisão tenha o propósito de reeducação e ressocialização do homem privado da liberdade pela transgressão às regras, na verdade vem se tornando um espaço de aquisição de aparatos instrucionais criminais, transmitidos de detento para detento, tornando-os violentos contumazes. A vida social está baseada em normas de conduta e o não cumprimento desses protocolos é considerado um desvio social indo de encontro às interdições religiosas e aos dispositivos legais com sanções que variam das ações policiais até a privação da liberdade. O sistema penal, criado para que comportamentos desviantes sejam punidos e corrigidos, deve proporcionar a capacidade de interiorização de ações e atitudes que promovam a reinserção do indivíduo à sociedade. Como instrumento de combate à reincidência ao crime, as políticas de segurança pública, em sua essência teórica humanista, propõem que, durante o período de encarceramento, o sujeito, transgressor às normas sociais seja alvo de constante processo correção e conscientização de seu delito, tentando evitar assim a reincidência. Contudo, tanto a sociedade marcada pelas desigualdades entre as classes, tanto quanto o sistema prisional brasileiro, apresentam sérias contradições, uma vez que a primeira exclui e a segunda funciona mais como uma escola de criminalidade, incompatível com a precípua função recuperadora. O que na verdade se observa é muito mais uma especialização na prática relativa aos delitos já cometidos, como também a aprendizagem de novas estratégias de criminalidade. Neste estudo discutimos a transmissão de aparatos instrucionais na prisão, a aquisição de estratégias de ação e técnicas de aperfeiçoamento no universo do crime. Nesse sentido, as prisões configuram-se sob a égide de mais um instrumento de promoção da violência. A pesquisa foi realizada no presídio Hélio Gomes; município do Rio de Janeiro e faz parte do Núcleo de Investigação: O Ato Criminoso como modalidade de Gozo. Em função da peculiaridade do tema, foi utilizado o estudo de caso, concebido como uma investigação sistemática de uma instância específica da realidade. A característica principal desse método é a ênfase na singularidade do objeto de estudo. O estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto ou sujeito, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico. Desse modo, escolhemos como unidade de análise um detento de 25 anos, preso por sequestro, com pena de oito anos, que, por seus atos de violência, tornou-se conhecido como xerife; terminologia adotada para qualificar o detento que assume voz de comando na cela, a quem os demais prestam obediência, cumplicidade e serviços. Este tipo de funcionamento reproduz, de certa maneira, a estrutura hierárquica do sistema penal. O processo de investigação em tela foi registrado em sete encontros, nos quais o detento consentiu na utilização dos dados para análise e publicação dos resultados da investigação, respondendo as questões com clareza e objetividade sobre sua posição subjetiva frente aos crimes praticados. Acrescente-se que, pelos quais não se sente responsável, critica os policiais, ao sistema penal e a sociedade. Ao relatar seu percurso na criminalidade, salienta que começou, sem querer, assaltando bancos e que embora tenha realizado oito sequestros e assassinatos não houve provas para que fosse julgado pelos homicídios cometidos. Salienta que é acusado, mas que não foi apresentada nenhuma prova, embora assegure já ter matado bastante: de dez a quinze pessoas. No que concerne ao uso de arma afirma que quando puxa o gatilho é para atirar, não para assustar. Esclarece que na unidade prisional ninguém sabe o que ele fez, uma vez que age de tal modo que cause a impressão de que tem um bom comportamento no cárcere. Justifica que esse modo de proceder deve-se a necessidade de produzir uma aparência de que não fez nada do que é acusado. A título de exemplo, utiliza o fato de trabalhar na prisão e ajud

**VIOLÊNCIA, ENCARCERAMENTO, REINserÇÃO SOCIAL**



CNPQ  
Doutorado - D  
JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

**A PRISÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS COM A MEMÓRIA.** *Jose Paulo de Moraes*

Este trabalho tem como proposta analisar a função da memória implícita na ideologia da “ressocialização” de pessoas em instituição prisional do Estado do Rio de Janeiro e submetidas ao ensino de regras e normas para transformá-las em pessoas dóceis. Essa proposta de “ressocialização” e de transformação pressupõe alguma tentativa de apagamento, uma vez que transformar significa deixar algo de lado em detrimento do novo, ou seja, deixar de ser essa pessoa “perigosa” para, através de ações provenientes do Estado, adquirir novos hábitos. A pesquisa parte de premissas fundamentadas no campo da memória social, considerando o cenário dos aparatos estatais de reprodução de condições de obediência e de homogeneização do homem pelo nivelamento de suas diferenças. Propõe-se a realizar reflexões e questionamentos acerca do processo de transformação subjetiva do homem por parte do Estado e de suas instituições de repressão e controle social. Em especial, atenta-se para a indagação: de que maneira o Estado busca a transformação da pessoa presa? O apagamento de memórias de fato é utilizado nesse processo? Complexa e ao mesmo tempo natural, a é uma condição que diferencia o homem de outras formas de vida, porém o ser falante, por motivos diversos, em alguns momentos de sua vida, tenta livrar-se de algumas memórias que o incomodam, criando um paradoxo inexorável sobre lembrar e esquecer, armazenar e descartar memórias. Sabe-se que o desejo de esquecimento assim como a vontade de lembrar não são processos autônomos que o homem possa regulá-los quando bem quiser, ou seja, há uma certa prevalência e imposição desses processos. Alguns interesses sociais e políticos são os condutores dessa engendradora trama que nos leva a essa discussão sobre o recalçamento e o apagamento que percebido, em alguns momentos, por meio de uma observação mais atenta das relações político-sociais, nos remete a reflexões. Há também o caso de impressões desagradáveis que não desaparecem, por maiores que sejam os esforços do homem para, delas, distanciar-se. Pretendemos trazer contribuições para tais reflexões em um contexto mais específico, que é o prisional, um campo espinhoso para estudo, repleto de contradições, inversões, falácias e inconclusões. Um campo muito amplo e fértil para estudo, mas há poucos trabalhos conclusivos sobre ele. Ao ser preso a pessoa é conduzida a uma casa de Custódia, local esse que faz a vez das antigas delegacias, onde agora o sujeito preso fica aguardando o julgamento pelo possível delito cometido e aguarda separado conforme localidade onde mora e, portanto da facção criminosa que atua naquela área de moradia dele.

prisão, crime, trabalho, reinserção social

FAPERJ

Doutorado - D

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal



**CUSTÓDIA E ASSISTÊNCIA: AS DUAS FACES DA LEI DE EXECUÇÃO.** *Lobélia Faceira*

A pesquisa tem a proposta de produzir reflexões acerca da prisão como esfera de produção e reprodução da estrutura social no âmbito da sociedade capitalista, considerando que as mesmas reproduzem o contexto contraditório da própria sociedade. Neste sentido, a pesquisa busca analisar as políticas sociais inseridas no contexto prisional, sendo perpassadas pela concepção de cidadania e, contraditoriamente, pela perspectiva positivista implícita no contexto das prisões. A Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – denominada como Lei de Execuções Penais (LEP) – é um dos instrumentos legais que normatizam os direitos e deveres dos presos, prevendo a concessão de benefícios e punições no processo de cumprimento da pena. A legislação e regras mínimas para o “tratamento” do preso no Brasil preveem que o mesmo deve ser realizado em condições, que permitam justa reparação do delito cometido sem prejuízo da integridade física, mental e social do preso. Nesse sentido, o processo de cumprimento da execução da pena previsto em lei é de cunho positivista, individualizando o crime, a pena e considerando a perspectiva de “tratamento” e de “reabilitação social”. Para tanto, a legislação prevê o desenvolvimento de políticas sociais, que possibilitem a garantia dos direitos humanos e sociais da população carcerária, bem como o desenvolvimento das condições de retorno ao convívio social. Estando assim, os marcos jurídicos permeados pela concepção de cidadania e, contraditoriamente, por uma perspectiva positivista. A LEP estabelece, no artigo 11, que as formas de assistência aos presos são compostas pelo direito a assistência material, jurídica, religiosa, social, educacional e à saúde; representando assim, no plano normativo uma inovação no atendimento às necessidades sociais, jurídicas, religiosas e educacionais dos presos, sendo os mesmos considerados legalmente como sujeitos sociais e cidadãos. A legislação relacionada ao campo da execução penal evidencia o caráter contraditório e híbrido da instituição social prisão, destacando as funções sociais de educação e de punição, bem como de assistência e de custódia. Nesse sentido, no campo da execução penal o conceito de direito passa a ser considerado benefício, sendo atravessado pela dimensão da disciplina e segurança, consideradas questões prioritárias neste campo. Contraditoriamente, a mesma legislação que representa a ampliação dos direitos humanos, possui intrinsecamente uma concepção positivista da assistência ao preso, considerando o direito como benefício e condição necessária para a harmônica integração social dos presos. É neste campo contraditório que se situa o objeto de estudo, que tem a proposta de analisar as políticas sociais inseridas no contexto prisional, analisando a prisão e sua relação com o processo de produção e reprodução da estrutura social, partindo de um referencial teórico metodológico marxista e dialogando com o campo interdisciplinar da memória social. O projeto tem uma perspectiva interdisciplinar, uma vez que está articulado à linha de pesquisa Memória, Subjetividade e Criação do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), entendendo a memória social como a produção social de subjetividade e as transformações da subjetividade social frente aos jogos de poder. A memória social é uma construção processual, onde o sujeito reconstrói o passado com base nas questões relacionadas à sua subjetividade e sua perspectiva presente. Consequentemente, a concepção de memória social não deve se restringir à esfera por meio da qual uma sociedade representa para si mesma a articulação de seu presente com o seu passado, ou seja, o modo pelo qual os sujeitos sociais representam a si próprios e as suas relações sociais. A pesquisa busca analisar o processo, as relações e as mediações das políticas sociais desenvolvidas nas prisões, ressaltando como categorias centrais à memória social e a subjetividade presente no olhar e percepção

PRISÃO, TRABALHO, REINSERÇÃO SOCIAL





CNPQ  
JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal